

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 233, DE 2024

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para classificar a espinha bífida aberta como deficiência para todos os efeitos legais.

Autora: Deputada ROSÂNGELA MORO

Relator: Deputado EDUARDO VELLOSO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 233, de 2024, de autoria da Deputada Rosângela Moro, pretende alterar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para classificar a espinha bífida aberta como deficiência para todos os efeitos legais.

A autora da proposição justifica sua iniciativa afirmando que a espinha bífida aberta é uma falha grave no fechamento da coluna vertebral e do tubo neural fetal, que resulta em severas limitações físicas e neurológicas. A Deputada argumenta também que essa condição gera barreiras significativas para os indivíduos afetados, incluindo a participação no mercado de trabalho e na vida social. A inclusão dessa condição como deficiência na legislação seria uma forma de assegurar a esses indivíduos o acesso a direitos e benefícios garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão, promovendo assim uma justiça social para essa população.

A matéria, que tramita sob o rito ordinário, está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e à Comissão de Saúde, para exame de mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para



aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a proposição recebeu parecer pela aprovação com Substitutivo, que amplia o escopo da proposta original, para também prever ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão a apreciação de proposições, quanto ao mérito, no que tange a questões referentes ao seu campo temático e áreas de atividade, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 233, de 2024, de autoria da Deputada Rosângela Moro, pretende alterar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), para incluir a espinha bífida aberta como deficiência para todos os efeitos legais.

A autora da proposição justifica sua iniciativa afirmando que a espinha bífida aberta é uma condição médica que impõe severas limitações físicas, com impacto direto na qualidade de vida dos afetados. A Deputada aponta também que o reconhecimento formal dessa condição como deficiência permitirá a essas pessoas o acesso aos direitos e benefícios previstos na legislação, melhorando seu suporte social e profissional.

A proposta principal do projeto é a alteração do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, com o acréscimo de um parágrafo que define a espinha bífida aberta como uma deficiência legalmente reconhecida. Essa mudança legislativa tem como foco garantir maior clareza jurídica, evitando interpretações equivocadas e assegurando que essas pessoas possam usufruir dos direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão.



No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a proposição recebeu parecer pela aprovação com Substitutivo, que amplia o escopo da proposta original, para também prever ações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A espinha bífida é uma malformação congênita que afeta o fechamento da coluna vertebral e do tubo neural, resultando em problemas graves, como hidrocefalia, paralisia, disfunções urinárias e intestinais, entre outros.

Essa condição gera limitações significativas no cotidiano dos indivíduos, impactando suas capacidades físicas e, muitas vezes, sua inserção no mercado de trabalho. O tratamento inclui intervenções cirúrgicas e acompanhamento multidisciplinar por toda a vida.

Com a aprovação dessa matéria, seria possível proporcionar às pessoas com espinha bífida maior segurança jurídica e acesso a políticas públicas voltadas à saúde e ao suporte social, como o acesso facilitado aos serviços de reabilitação, educação e empregabilidade. Esses indivíduos seriam beneficiados pelo reconhecimento legal da condição, o que ampliaria o apoio governamental às suas necessidades específicas.

Pelas razões expostas, na certeza do mérito e oportunidade da proposição, meu voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 233, de 2024, na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado EDUARDO VELLOSO
Relator

2024-13452

